Vozes das Comunidades

Um jornal feito pelas comunidades a serviço das comunidades

Setembro de 2014 ▪ Ano IX ▪ Nº 10

Tomaz Silva/ABr

REMOÇÕES

DESMORONAM VIDAS DE MILHARES DE PESSOAS NO RIO

PÁGINA 4
REMOÇÕES: Uma tremenda violência contra o povo

PÁGINA 7
EDUCAÇÃO: Professores e alunos juntos na mesma luta

PÁGINA 9
SAÚDE: Uma defesa do parto humanizado

PÁGINA 12
CULTURA: Manifestações artísticas na Zona Oeste

EDITORIAL

A comunicação popular é necessária para defender os trabalhadores

Você está recebendo mais uma edição do jornal ***Vozes das Comunidades***. Ele é inteiramente produzido por alunos do curso de comunicação popular oferecido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo. Quem faz este belo trabalho são moradores de favelas, militantes de diversos movimentos sociais, professores e estudantes de comunicação. O objetivo é apresentar uma versão alternativa do que vem ocorrendo na cidade do Rio. Uma visão bem diferente daquela que todos nós estamos acostumados a ver nos meios de comunicação.

Por exemplo, você ouviu falar que de 1º a 7 de setembro houve um Plebiscito Popular pedindo uma Constituinte para que seja melhorado o atual sistema político? Ouviu falar que pessoas são removidas de suas comunidades muitas vezes sem justificativa, apenas para beneficiar os mais ricos? Aqui nossos leitores ficam sabendo sobre esses assuntos e muito mais! Há uma entrevista com o advogado de alguns manifestantes presos durante a Copa do Mundo e a informação de que essas prisões podem ser consideradas ilegais pela falta de prova. Há, ainda, notícia sobre a luta por uma educação pública de qualidade; o direito de todos à comunicação; a defesa de políticas públicas para a juventude; a importância do parto humanizado; saraus culturais na Zona Oeste; e muitas outras!

Já faz alguns anos que distribuímos esse jornal durante o Grito dos Excluídos, e isso não é à toa. De certa maneira, a comunicação popular é o grito daqueles que se sentem excluídos pela *Rede Globo*, *SBT*, *Band*, *Record*... São pessoas que não se sentem representadas por esses canais e precisam buscar alternativas para expressar suas visões de mundo. Aqui estão algumas histórias do povo trabalhador do Rio, aquele que acorda cedo, sofre com o engarrafamento, trabalha muito, e às vezes ainda corre o risco de ser removido a qualquer momento da casa em que mora há anos.

Nosso trabalho não começa nem termina nessas doze páginas. Quem quiser nos conhecer melhor, pode visitar nosso blog e dar sua opinião! ***http://vozesdascomunidades.org***

EXPEDIENTE: Vozes das Comunidades

JORNAL DO CURSO DE COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA DO NPC

Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Site: nucleopiratininga.org.br - E-mail: boletimnpc@terra.com.br
Telefones: (21) 2220-5618 / 99628-5022

Coordenação: Claudia Santiago - **Diagramação:** Daniel Costa

Professores: Sheila Jacob • Tatiana Lima • Naldinho Lourenço • Arthur William
Natana Magalhães • Douglas Heliodoro • Vito Giannotti • Gustavo Barreto • Leon Diniz
Paulo Bastos • Daniel Climaco • Daniel Costa • Claudia Santiago

Agradecimentos: Ana Maria Reis • Max Marreiro • Luisa Santiago • Cláudio (Sindipetro-RJ)
Sidnei (Senge-RJ) • Rita Lima • Gabriela Anastácia • Augusto César • Marina Schneider
Lidiane Mosry • Josy Sousa • Ocupação Manoel Congo • Rodrigo Otávio (Rádio Petroleira) • Nego Maia

APOIO: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO, SINDICATO DOS ENGENHEIROS (RJ), SINSAFISPRO-RJ E SINDIPETRO-RJ

Equipe: Alana Vellasco • Ana Cristina Alves • Beatriz da Silva • Bruno de Lima
Camila Araújo • Celso Campos Jr. • Daniel Climaco • Eric Fenelon • Igor Soares • Ívina Costa
Jaqueline dos Santos • João Lenin Moreira • Jorge Tonnera Jr. • Júlia Verdan
Kellyene Critina Tibúrcio • Lisâneo Macedo • Marta Silva • Paula Carvalho • Rodrigo de Jesus Oliveira
Rodrigo da Silva • Vicentina Rodrigues • Viviane Laprovita

BRASIL

PLEBISCITO POPULAR: o povo quer ser ouvido

Brasil precisa melhorar sistema político

Durante a Semana de Pátria, de 1º a 7 de setembro, urnas foram espalhadas em todo o país na campanha por um Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Por Eric Fenelon e Lisâneo Macedo

O plebiscito é popular porque está sendo convocado pelo povo organizado em movimentos sociais do país inteiro. Defende uma constituinte, ou seja, uma assembleia de membros eleitos pelo povo para modificar o funcionamento de algumas instituições do Estado brasileiro. Neste caso, o objetivo é propor alterações no sistema político para evitar, por exemplo, o financiamento de campanhas por empresários.

Eric Fenelon

Kleybson de Andrade

Para explicar melhor essa ideia, conversamos com Kleybson de Andrade, militante da Consulta Popular do Rio e participante da Constituinte. Para ele, mudanças são necessárias porque "o atual sistema político é voltado para garantir os interesses da classe dominante".

VOZES: O que é a campanha pela Constituinte?

KLEYBSON: A campanha surgiu ano passado depois das mobilizações de junho, pois uma das principais reivindicações era a de que o atual sistema político não nos representa. Então, os movimentos sociais do país inteiro se juntaram para construir uma proposta que representasse esse sentimento. A ideia é que o Brasil abra nova assembleia constituinte pra reformar o sistema político, garantindo a participação do povo nas decisões do país.

VOZES: E onde entra o plebiscito?

KLEYBSON: A principal ferramenta dessa campanha é o plebiscito popular. Ele é popular porque não é o oficial proposto pela presidente Dilma no ano passado. Ele é organizado pelos movimentos sociais, organizações de esquerda, e tem o objetivo de coletar cerca de 10 milhões de votos no Brasil inteiro.

VOZES: Para que serve?

KLEYBSON: Para conversar com a população e para pressionar. Os votos coletados servirão para exigir a Constituinte. São mais de 300 organizações participando, com mais de mil comitês organizadores.

VOZES: O que muda se for aprovada a Constituinte?

KLEYBSON: Quem elege os políticos no Brasil hoje? O agronegócio, as grandes empresas do capital financeiro, as igrejas... São forças que garantem que o sistema político seja composto por representantes da grande burguesia e da classe dominante, enquanto negros, mulheres, indígenas, homossexuais não são representados no atual Congresso Nacional.

VOZES: Quais os principais pontos do plebiscito?

KLEYBSON: O primeiro é o poder econômico no sistema eleitoral, que se traduz em enfrentar o financiamento privado das campanhas. O segundo tem a ver com sub-representação das mulheres, dos negros, dos indígenas, da juventude e da classe trabalhadora em geral no sistema político atual. Os cartazes nas manifestações do ano passado, que diziam "não me representa", tinham fundamento. O terceiro ponto é o da participação popular e da democracia direta, que é a capacidade de o povo tomar decisões através de plebiscitos, de referendos, de leis de iniciativa popular, não só dependendo da convocação do Congresso Nacional.

www.plebiscitoconstituinte.org.br

Campanha pelo Plebiscito Popular no Largo da Carioca

POLÍTICA

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS POR EMPRESAS: um problema a ser resolvido

Eleições não garantem democracia plena

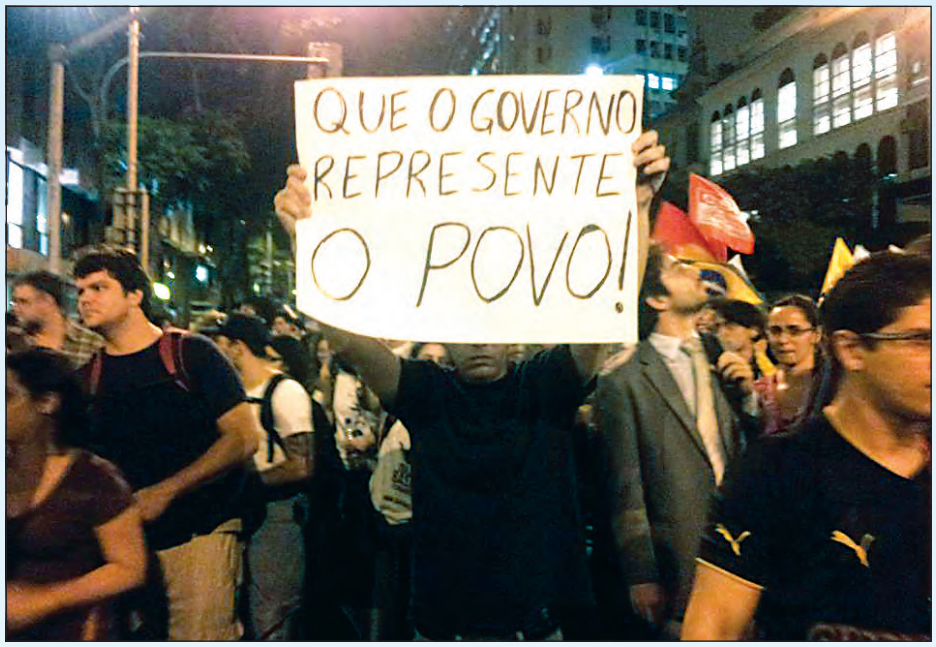
Constituição prevê participação direta na política por meio de plebiscitos, referendos e iniciativas populares

Por Lisâneo Macedo, Celso Campos Jr., Eric Fenelon, João Lenin Moreira, e Kelly Cristina Tibúrcio

Em 1989 o Brasil voltou às urnas para eleger o presidente da república, governadores, senadores e os deputados federais e estaduais. Após 25 anos de ditadura civil-militar e de uma eleição indireta, a população brasileira voltou a decidir os rumos do país. Fruto da constituição promulgada no ano anterior (1988), o país começou a experimentar de forma constante um período de estabilidade política.

Agora, em 2014, o povo brasileiro vai às urnas novamente para escolher seus representantes para os próximos anos. Em várias cidades já são visíveis as placas, santinhos e carros de som anunciando candidatos dispostos a fazer de tudo para conquistar o seu voto.

Para muitos, o sistema eleitoral brasileiro parecer proporcionar as mesmas condições para todos os candidatos. Pode parecer, ainda, que a busca pelo voto é igual para todos os concorrentes e que a escolha cabe única e exclusivamente ao povo. Será?



Sheila Jacob

Manifestação de outubro de 2013, no Centro do Rio

Políticos financiados por empresas deixam de lado interesses do povo

Em 2002 os gastos declarados pelos partidos e candidatos nas campanhas para deputado federal alcançaram a cifra de R$ 189,6 milhões. Em 2010 o valor alcançou a incrível quantia de R$ 908,2 milhões, representando um aumento de 479% em apenas 8 anos. Mas, quem paga essa conta? Está errado quem imagina que a maioria dos candidatos tira dinheiro do seu bolso ou recebe contribuição voluntária. Para se ter uma pequena ideia, em 2010, 75% dos recursos doados foram feitos por pessoas jurídicas, na sua maioria empresas.

Esse quadro possivelmente justifica as constantes notícias de corrupção que envolve políticos e empresários. A Friboi, a maior empresa de processamento de carne do país, por exemplo, tem 41 deputados e sete senadores financiados na última eleição. Nessa festa merece destacar as empreiteiras. Nas eleições de 2012, juntas a Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS representaram 18% do total doado por todas as empresas do país. Você também já deve ter ouvido falar das bancadas das armas, do agronegócio, dos evangélicos e de outras. São deputados eleitos com financiamentos desses grupos, que estarão em Brasília para defender os interesses de quem os financiou, colocando em último plano os da população.

Caso Frioboi: 41 deputados e 7 senadores na mão

Para mudar essa situação, é necessário um novo sistema político em que a participação popular seja maior. Uma das principais alterações deve ser o fim da contribuição de empresas para financiar a campanha política de qualquer partido ou candidato. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 prevê a chamada democracia participativa, que disponibiliza outros dispositivos, além do voto, para ampliar a participação popular nas decisões políticas.

Democracia direta exige soberania popular

Para saber mais do assunto, procuramos o professor e doutor Adriano Pilatti da PUC-RJ.

Adriano Pilatti além de lecionar no curso de direito da PUC-RJ, participou como técnico da constituinte que traria ao Brasil a atual constituição federal, considerada internacionalmente uma das melhores do mundo. O artigo 14 da Constituição Federal é o que define as formas de manifestação da soberania popular: "plebiscito", "referendo" e "iniciativa popular".

Segundo o professor Pilatti, "o artigo 14 consagra uma série de instrumentos que os cidadãos podem interferir diretamente nas decisões públicas. A ampliação da ação popular é uma forma que permite o cidadão questionar, perante o poder judiciário, qualquer ato lesivo do poder público, que pode ser um ato moral ou algum ataque ao meio ambiente", afirma.

Ele explica que é para garantir essa maior participação que existem os plebiscitos, referendos e a iniciativa popular, ou seja, a possibilidade de os cidadãos apresentarem propostas em nome próprio, dispensando representantes de projetos de leis. "Assim toda a comunidade participa dos conselhos encarregados de formulação de políticas públicas, na área da previdência, da saúde, por exemplo. Por enquanto, a democracia participativa infelizmente existe só no papel".

Professor e doutor Adriano Pilatti

Segundo Pilatti, para conseguir enfrentar esse problema, é necessária uma nova regulamentação do artigo 14, já que a atual feita pela lei 9.709, de 1998, dificulta a participação popular. "Os setores conservadores conseguiram estabelecer requisitos difíceis de alcançar. Por exemplo, para os projetos de lei federal é preciso assinatura de 1% dos eleitores do país, o que é muito difícil. Ao mesmo tempo, impediram outros instrumentos que chegaram a ser previstos, como o 'voto destituinte', que é a iniciativa popular de cassação de mandato parlamentar. Hoje só os parlamentares podem fazer isso", diz o professor. Para ele, a Constituição aponta na direção certa, mas não é suficiente.

DIREITO À MORADIA

REMOÇÕES: uma tragédia para o povo

Política de habitação fracassa e prejudica milhares de moradores

As remoções são uma realidade antiga no Rio de Janeiro. Há mais de um século essa vem sendo a política promovida pelo poder público na cidade, de expulsão dos mais pobres dos locais mais nobres, como a Barra da Tijuca e a Zona Sul do Rio

Por Ana Maria Reis, Júlia Verdan, Rodrigo Oliveira

Este é o caso, por exemplo, da Vila Laboriaux, sub-bairro da Rocinha que sofre ameaças de remoção desde 2010. É isso que nos diz Simone Rodrigues, formada em Direito pela Universidade Cândido Mendes. Ela conta que dois senhores morreram após agentes da Prefeitura dizerem que teriam que sair "por bem ou por mal". Por isso resolveu estudar o direito à moradia e as remoções ilegais. "Muitas histórias de expulsão são esquecidas, como a do Pavão, Prazeres e Horto. Tem gente que não sabe que, na Rocinha, 70 famílias foram removidas vítimas da falsa justificativa de área risco, sem apresentação de laudo técnico, sem conversa, sem nada", denuncia. Abordaremos, com algumas palavras, alguns outros casos.

Rodrigo de Oliveira

Simone Rodrigues

COMUNIDADE SÃO JOSÉ OPERÁRIO

Moradores sofrem com restos de remoções desde 2012

Entulhos de remoções acumuladas em São José Operário se tornam foco de doenças

Os habitantes do Morro São José Operário, na Praça Seca, Zona Oeste do Rio, reivindicam a retirada de entulhos de remoções realizadas pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) desde 2012. Neste ano, a prefeitura iniciou as obras de urbanização para reforma da infraestrutura e construção de edificações do programa Morar Carioca, mas até hoje continua lá o entulho em becos e vielas da comunidade.

No total, 382 casas já foram demolidas, destruindo o sonho de vidas construídas tijolo a tijolo. Para quem permanece, o entulho e os resíduos das remoções são o maior problema. Os resíduos se tornaram focos de ratos, mosquitos da dengue e um perigo para os moradores, principalmente para crianças que andam pelo local. "É lamentável que a comunidade passe por isso", disse o morador Everaldo Pereira Alves.

FAVELA DA TELERJ

Moradia é negada pelos governos

Ana Maria Reis

Tropa de Choque bloqueia a entrada do prédio da Telemar/Oi

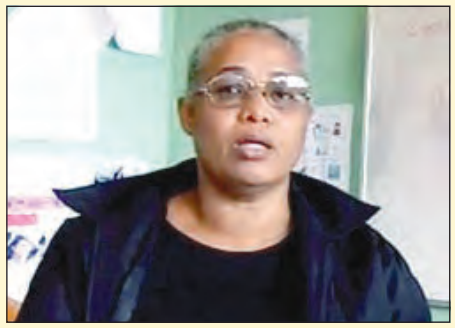
De 31.3 a 10.4, prédios e galpões abandonados da Telemar/Oi, no Engenho Novo, abrigaram mais de 4 mil moradores pobres de Manguinhos, Jacaré, Jacarezinho, Inhaúma, Arará, e vários municípios. Foram dez dias de ocupação, onde pequenos barracos de 4 metros quadrados foram erguidos. A Polícia Militar fez a reintegração de posse na madrugada de 11.4, em uma ação extremamente violenta. Na época não foram noticiadas várias mortes causadas por asfixia, devido ao uso excessivo de gás lacrimogêneo, e por desabamento, quando um trator foi usado para remover a ocupação.

Muitos pertences foram deixados pra trás, como colchões, ventiladores, roupas. A indignação dos favelados era visível. Na tarde de 11.4, centenas de moradores da Favela TELERJ que foram removidos seguiram para frente do prédio da Prefeitura. O movimento, conhecido por Ocupa Telerj, ficou ali por mais de uma semana vivendo de doações. Na madrugada da Sexta-feira Santa, 18.4, a Guarda Municipal avançou sobre as poucas pessoas que resistiam. Após os ataques, o grupo fugiu na direção da Catedral Metropolitana.

ESTRADINHA-TABAJARAS

Aqui não é área de risco, é área de rico

Está disponível, no youtube, o documentário Estradinha, uma história de luta . Nele, a vice-presidente da Associação de Moradores da comunidade dos Tabajaras, Maria de Fátima Amorim, conta que questionou o prefeito Eduardo Paes por que removeram várias casas, mas não uma mansão dentro da mata, onde caiu uma barreira. O prefeito respondeu que lá eles tinham dinheiro para fazer encosta. "Eu sempre falo para as pessoas o seguinte: a Estradinha não é área de risco, ela é área de rico. Porque com o passar do tempo nós começamos a pesquisar e vimos que o m² de terra aqui é mais caro do que o m² na Vieira Solto". Os moradores que continuam estão resistindo às ameaças de remoção.



Maria de Fátima Amorim

ENTREVISTA

DITADURA HOJE: democracia está sendo desrespeitada

Prisões recentes de manifestantes são ilegais, diz advogado

Marino D'Icarahy, que defende doze acusados, questiona a fragilidade das acusações

Por Ana Cristina Alves e Sheila Jacob

Pablo Vergara

Milhares de manifestantes tomaram as ruas do Centro do Rio em junho de 2013. No detalhe, Marino D'Icarahy

Em 12 de julho, um dia antes do encerramento da Copa, militantes sociais foram presos em uma operação da Polícia Civil do Rio. A 27ª Vara Criminal decretou 26 detenções. A justificativa foi a suspeita do envolvimento dos ativistas em "atos de vandalismo" no passado e impedir que voltassem a acontecer. Para defensores de direitos humanos, a ação é desmedida e ilegal. Não há provas consistentes que os incriminem. O advogado Marino D'Icarahy falou ao *Vozes das Comunidades* sobre o assunto. Ele defende doze denunciados e define a Delegacia de Repressão a Crimes contra a Informática (DRCI), responsável pelo inquérito, como DOPS.

VOZES: A ação da polícia foi bastante violenta nas manifestações de 2013. Como foi sua participação naquele momento?

MARINO: Aderi às manifestações de junho de 2013 por concordar com muito do que eles defendiam. Fui como participante, mas acabei tendo que atuar como advogado, tendo em vista as barbaridades cometidas pela PM nas manifestações.

VOZES: O que você viu de errado naquele momento?

MARINO: Vi agentes da autoridade policial lançarem bombas contra os manifestantes, darem porrada, atirarem balas de borracha... Ninguém é obrigado a ser agredido e ficar quieto, passivo. O povo tem o direito de agir em legítima defesa e se insurgir contra as tiranias do Estado.

VOZES: E essa ação da polícia continuou até 2014 com a Copa, né?

MARINO: Principalmente na véspera da abertura da Copa, quando foi expedida uma série de mandados de busca e apreensão por parte da Delegacia de Repressão a Crimes da Internet (DRCI). Eu chamo de DOPS, porque atua como a polícia política e social do governo Cabral e Pezão. É exatamente o mesmo método usado na época da ditadura. Chegando lá são obrigadas a depor, sem nunca ter recebido um convite para se apresentar. Isso é um absurdo.

VOZES: E como está a situação dos que foram presos no dia 12 de julho, véspera do encerramento da Copa?

MARINO: Nós ingressamos com um conjunto enorme de *habeas corpus*. Tivemos sucesso em três: um contra a prisão temporária de cinco dias, outro contra a prorrogação das prisões temporárias, e outro contra as preventivas. Continuamos insatisfeitos porque ainda são impostas restrições aos acusados: não podem se ausentar do município e são obrigados a se apresentar em juízo. Há ainda a restrição à liberdade, pois não podem participar de manifestações. Vamos recorrer.

VOZES: Além dos ativistas, foi divulgada recentemente uma lista com entidades...

MARINO: São mais de 80 entidades relacionadas nesse processo. Estão inclusive sindicatos que apoiam os movimentos sociais não só desde 2013, mas a vida inteira. São basicamente aqueles comprometidos com as lutas do povo, que em sua ação ultrapassam os limites da luta corporativista e olham a sociedade como um todo, entendendo que ela precisa ser transformada.

VOZES: Você disse que o processo está repleto de ilegalidades.

MARINO: O processo está cheio de acusações frágeis, a maioria delas apaixonadas. Baseia-se, por exemplo, no depoimento do PM Maurício Alves da Silva, do Distrito Federal, requisitado pela Força Nacional para trabalhar na ocupação do Santo Amaro, na Glória. Ele aparece no processo como agente infiltrado, mas a lei dispõe detalhadamente sobre o assunto. Além de exigir limites na conduta e nas relações, exige que previamente ele seja autorizado judicialmente, o que não está nos autos do processo. Além dele, há os depoimentos do Cleiton e do Felipe Brás, que não podem ser usados como prova porque são muito frágeis, fruto de paixões mal resolvidas.

VOZES: Mas de que crime exatamente essas pessoas estão sendo acusadas?

MARINO: São acusações indevidas. Foi divulgado que a Sininho teria carregado galões de gasolina para lançar fogo na Câmara dos Vereadores ano passado. Não sabemos se essa intenção existiu, mas mesmo que ela tivesse pensado nisso, nada aconteceu. Ora, ninguém pode ser preso pelo que não ocorreu.

VOZES: Existe um uso político nessas prisões dos ativistas?

MARINO: Sim. Estou fazendo um levantamento para pinçar em cada volume do processo todas as citações a partidos políticos, entidades, governantes... Eu quero demonstrar de forma bem comprovada o peso político que tem aí. No fundo, para mim, isso é uma tremenda vingança dos governos de Eduardo Paes e Sergio Cabral pela desestabilização que sofreram em 2013.

VOZES: E aí fica mais clara a comparação que você tem feito com o tempo da ditadura...

MARINO: Isso. Para defender os interesses do Estado transforma-se em criminosos todos aqueles que divergem dele. Querem silenciar as vozes que estão se levantando contra todo esse estado de coisas quando é garantido por lei o direito de fazer isso. As prisões são um desrespeito à democracia. Eu quero ter o direito de me rebelar contra tudo que está aí. Ninguém é obrigado a se adaptar ao que os governantes determinam que seja feito. As mobilizações populares estão garantidas na Constituição.

VOZES: Na sua opinião, existe uma responsabilidade dos grandes meios de comunicação?

MARINO: Claro! Eles manipulam as informações, veiculando notícias mentirosas, que transformam esses manifestantes em criminosos e justificam suas prisões. Isso acontece porque esses grupos são representantes do mesmo capital que as manifestações sociais estão combatendo.

COMUNICAÇÃO

A GRANDE MÍDIA É DOS PATRÕES: outras vozes precisam ser ouvidas

CANAL DA CIDADANIA possibilita que trabalhadores e movimentos sociais apareçam na TV

Atualmente, a TV aberta no Brasil é o meio de comunicação que alcança o maior número de pessoas. Segundo pesquisas, 19 em cada 20 brasileiros se informam pela televisão. Assim sua opinião é formada com base nas informações passadas na telinha.

Por Eric Fenelon e Paula Carvalho

Embora a televisão brasileira seja uma concessão pública, ela se encontra nas mãos dos grandes grupos econômicos. Eles defendem seus interesses particulares e econômicos, ou seja, os interesses das elites brasileiras. Dessa forma ela distorce, omite ou ignora qualquer tipo de informação, acontecimentos, de acordo com seus interesses. E criminaliza qualquer movimento de esclarecimento que seja de interesse para maioria da população brasileira.

Em entrevista para o *Vozes das Comunidades*, o jornalista Arthur Willian conta que foi criada uma nova possibilidade para democratização das comunicações. É o CANAL DA CIDADANIA. Segundo ele, é "um canal de TV digital aberta em cada município brasileiro, voltado para a cidadania, com produções próprias, comunitárias, alternativas, independentes, populares, públicas, sindicais. Portanto, uma oportunidade para a sociedade civil. Se for implementado, poderá ser um passo importante na luta pela democratização da comunicação em nosso país."

VOZES: O que é o canal da cidadania e onde foi implementado?

ARTHUR WILLIAN: É um canal aberto de TV digital que todo município tem direito. Ele foi previsto em 2006 e foi implementado a partir de 2012. Para isso, basta a Prefeitura ou o governo manifestar o interesse ao Ministério das Comunicações para a criação do canal da cidadania no seu município. Hoje, mais de 200 cidades já fizeram o pedido, mas é um processo longo, cheio de burocracia. Por conta desse processo, apenas Salvador está com o canal no ar. As demais cidades estão com pendências porque é preciso que a prefeitura não tenha débito com o Governo Federal e o Prefeito não tenha ficha suja ou pendência com a justiça. Então, as outras cidades ainda estão vendo essa parte da documentação.

canal da cidadania

VOZES: Quem pode adquirir o CANAL DA CIDADANIA?

ARTHUR: Ele pode ser administrado pelo poder público municipal ou estadual. Ele é solicitado pelo poder executivo, seja através do prefeito, governador ou instituições vinculadas, como uma universidade estadual ou empresa. É bom frisar que o canal tem quatro subcanais: um da prefeitura, um do governo do estado e dois das TV´s comunitárias, que permitem que os movimentos sociais participem.

VOZES: Qual a importância para a democratização da informação?

ARTHUR: Hoje, nos municípios, a programação das TVs não é local. Você tem as grandes redes nacionais de TV que produzem os programas no eixo RJ-SP e Brasília para o Brasil inteiro. Quando há conteúdo local, que é obrigatório por lei, ele é muito pequeno e também não representa a totalidade da região do município. Isso quer dizer que, no Rio, você tem um telejornal que fala da cidade, mas muito pouco da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo. O Canal da Cidadania prevê que o conteúdo seja efetivamente local. Além disso, em muitos municípios não há horário político. Os moradores só conseguem ver o de uma cidade vizinha. Com o Canal da Cidadania, todas as cidades terão horário político, dando maior transparência aos atos da Prefeitura e da Câmara Legislativa.

Arquivo Pessoal

Arthur Willian

Marco Civil da Internet

seus direitos e deveres em discussão

MARCO CIVIL garante os direitos dos internautas

Por Beatriz da Silva, Camila Araújo e Vicentina Rodrigues

O Senado aprovou em 22 de abril deste ano o Marco Civil da Internet. Ele foi criado para regulamentar o uso da internet no país. Estabelece princípios, garantias para o cidadão, direitos e deveres para o uso da internet. Autor da lei, o deputado federal Alessandro Molon considera a aprovação do marco civil como um grande passo para a democracia. "Com o Marco Civil da Internet, a liberdade de expressão na web está assegurada. Afinal, a internet é livre e deve permanecer assim. E o internauta tem o direito de acessar o que quiser", afirma.

Antes do marco civil não havia nenhuma lei que protegia os dados dos internautas brasileiros. Pesquisas, sites visitados, redes sociais e emails ficavam disponíveis para as empresas utilizarem sem a permissão do usuário. Essas empresas aproveitavam as informações para fazer anúncios de acordo com os interesses identificados. Com o Marco Civil, os dados são invioláveis e só podem ser utilizados para o contrato de fornecimento de internet. Além disso, está garantida a neutralidade na rede, ou seja, a empresa não pode determinar quais serviços o usuário pode ou não utilizar.

Direitos e garantias do usuário

- ✓ **OS DADOS DA INTIMIDADE** e a vida privada são invioláveis;
- ✓ **SIGILO DO FLUXO** de navegação na internet;
- ✓ **A EMPRESA SÓ PODE CORTAR** a conexão se a conta do pacote contratado não for paga;
- ✓ **MANUTENÇÃO** da qualidade contratada (a velocidade da conexão tem que ser mantida)

EDUCAÇÃO

PRINCIPAIS CRÍTICAS: privatização, autoritarismo e sobrecarga de trabalho

Manifestações exigem melhores condições nas escolas do Rio

Em junho de 2013, milhares de manifestantes foram às ruas exigir respeito aos seus direitos e melhoria nas condições de vida. Diversas categorias se mobilizaram, e os educadores do Rio também entraram na luta por um ensino público de qualidade. Como as promessas não foram cumpridas em 2013, as redes estadual e municipal voltaram a fazer greve em 2014. As reivindicações eram por: melhores salários, plano de carreira unificado, um terço de carga horária para planejamento, eleições diretas para a direção das escolas, e outras.

Por Ana Cristina Alves, Ívina Costa, Rodrigo Oliveira, Sheila Jacob e Vicentina Lopes

Diretora do SEPE central (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação) no período de eclosão das greves, e hoje diretora da Regional 1, a professora Wíria Alcântara destaca outras motivações da categoria. Dentre elas, "o autoritarismo, o centralismo pedagógico, a sobrecarga de trabalho, o avanço da privatização nas escolas, e o assédio moral a que os profissionais estão submetidos".

Professora Wíria Alcântara

Em 2013, a rede municipal, que há 19 anos não fazia greve, reuniu 25 mil pessoas logo na primeira manifestação. "Ela veio mais forte que a rede estadual. Foi um ato com uma capacidade tão grande de diálogo com a população e de pressão com o governo, que o prefeito Eduardo Paes imediatamente chamou a direção do SEPE para negociar, o que não tinha acontecido". Mas ela diz que as negociações não evoluíram e os educadores foram duramente reprimidos pela polícia, gerando uma repercussão internacional a favor da greve. Em 2014, isso aumenta. "Os governos vêm de forma mais violenta. Já tinham mapeado os militantes em 2013 e começaram a perseguir, ir a casa de alguns trabalhadores pra tentar apreender computador, levantar informação", denuncia.

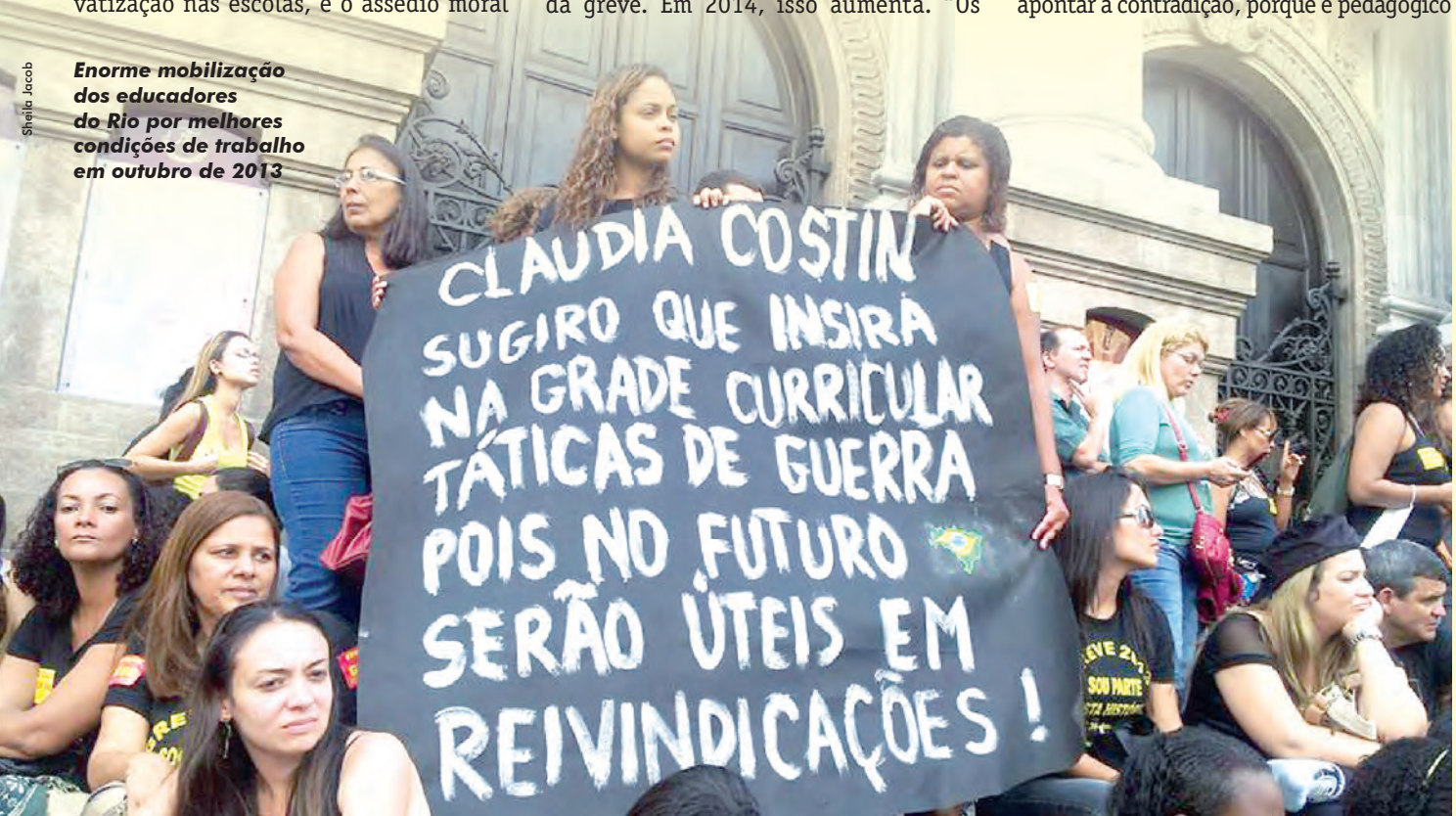
Greve termina, mas propostas não são cumpridas

A greve de 2013 terminou, mas as promessas não foram cumpridas. A principal delas foi a proposta de criação de Grupos de Trabalho (GT), que não evoluíram. Somava-se a isso o peso dos inquéritos e perseguições políticas aos profissionais da educação. Então, em 2014, veio nova mobilização. A primeira resposta à greve, dessa vez unificada, veio um dia após o início dela. Mediador da negociação em 2013, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux declarou que a greve deveria ser considerada ilegal e esvaziou o movimento.

Com a presença da mídia internacional no Rio, por causa da Copa do Mundo, o Comando de Greve aproveitou para denunciar os prejuízos nas áreas sociais. "A gente precisava dizer: tem dinheiro pra Copa e não tem pra Educação. Mas isso não era rechaçar ou ser hostil com quem estava torcendo pela seleção. A gente precisava apontar a contradição, porque é pedagógico também. É nossa tarefa", comenta Wíria.

Todos pelos Educadores

A greve terminou no dia 27 de junho, com reajustes de 9% para a rede estadual e 6,34% para a municipal. Os inquéritos e descontos salariais foram mantidos. Isso motivou a base da categoria criar um Comitê de Mobilização para arrecadar fundos e socorrer os profissionais da educação, mesmo sem aprovação do sindicato. Desde então, o comitê realiza a campanha "Todos pelos Educadores", com eventos e shows beneficentes, contando com a solidariedade de artistas como Leoni, BNegão, e outros. Agora o SEPE tenta se unir a sindicatos de outras categorias do funcionalismo público para garantir o direito de greve. A luta não terminou.



Sheila Jacob

Enorme mobilização dos educadores do Rio por melhores condições de trabalho em outubro de 2013

Pais e alunos apoiam a greve

Nem todos os pais e responsáveis foram contra a greve dos professores. Este é o caso, por exemplo, de Mauro Nunes, que tem dois filhos matriculados na rede pública. Ele integra a Comissão Pró-Associação de Pais e Responsáveis por alunos das escolas públicas do Rio de Janeiro, e vê a greve como "uma resposta ao Governo, que não quer negociar melhorias na qualidade do ensino público".

Aluna da Escola Estadual André Maurois, Júlia Bubel também foi a favor da greve. "É mais do que um direito, é um dever. A gente não tem que ter medo da repressão do estado, e nem se acomodar", diz. Já Thayssa Lopes de Lima, que estuda no Colégio Estadual Julia Kubitschek, a greve serviu como um aprendizado fora de sala. "O governo diz que estamos numa democracia; mas professor em greve é preso, perseguido, torturado. Vivemos numa ditadura e precisamos nos unir cada vez mais".

MOBILIDADE URBANA

CIDADE ENGARRAFADA: drama diário de milhares de trabalhadores

Bicicleta pode ser a opção para uma cidade mais saudável

Pensar em mobilidade é antes de tudo pensar em vida. Neste momento o Rio está doente, pois apresenta o terceiro pior trânsito do mundo. Esse fato é consequência de uma política de desenvolvimento que ao longo de décadas privilegiou o uso de carros e não investiu nos transportes de massa.

Por Jorge Tonnera Jr.

Jorge Tonnera Jr.

Ciclistas mostram que outra forma de se locomover é possível e necessária

Os trabalhadores são os que mais sentem os sintomas desse problema: perda de tempo, cansaço, estresse e humilhação. Esse fato nos possibilita lembrar o principal motivo que gerou as grandes manifestações de 2013: a luta contra o aumento das passagens, que mostra a fator econômico do problema da mobilidade urbana.

É importante pensar que existem alternativas a esse modelo. Um deles, pouco valorizado, é a bicicleta. Ela é originalmente um meio de transporte. Mas, com o passar dos anos, passou a ser apenas um objeto de lazer. Já faz um bom tempo que pessoas vêm lutando para resgatar esse uso. Uma delas é o ciclista Pedro Muniz Eugenio, de 33 anos, morador de Niterói. "O problema principal é a falta de uma cultura da bicicleta, para motoristas e até pedestres. Por aqui as propagandas são sempre 100% voltadas para carros, daí desde cedo as pessoas são manipuladas para usar esse transporte", conta ele, que há oito anos resolveu vender seu carro e passar a se locomover apenas com bicicleta.

Desconhecimento gera intolerância

Muitas pessoas não reconhecem o ciclista como parte do trânsito da cidade. É comum motoristas gritarem com um ciclista pedalando na rua e dizerem que lugar dele é na calçada. Dois erros gritantes e assustadores. Pelo Código de Trânsito Brasileiro, o ciclista não só tem direito às vias como também deve ser protegido pelo motorista, além de ser infração andar montado de bicicleta na calçada, a qual é de uso do pedestre.

É importante que existam e se promovam as ciclovias. Mas, como afirma Daniel Guth, consultor de mobilidade em SP, elas nunca serão suficientes, pois não conseguirão abranger os trajetos dos ciclistas em sua completude. A solução seria uma nova cultura da bicicleta. Para isso, ciclistas têm cada vez mais se organizado.

Um dos principais movimentos é a chamada "Bicicletada", também conhecida como "Massa Crítica". É uma intervenção urbana que quer mostrar o quanto o espaço viário deve ser democrático, de uso mais justo, econômico e saudável. Para ter mais informações sobre como participar da Bicicletada, é possível acessar o grupo no Facebook: ***https: //www.facebook.com/BicicletadaRioDeJaneiro***

ESPORTES

A COPA SE FOI: cidade precisa de esporte para todos

Jovens estão na luta por um Alemão melhor

Jovem passou a ensinar arte marcial a crianças e adolescentes de sua comunidade

Por Jaqueline Santos

Em sua infância, Raphael Espindola foi atingido por uma bala perdida. O incidente de dez anos atrás o levou a desenvolver um quadro de síndrome do pânico. Orientado por psicólogos, buscou um esporte e se encontrou no Kickboxing. Hoje, aos 23 anos, ele possui uma equipe no Complexo do Alemão, onde mora. Mais que um incentivo à prática do esporte, Espindola entende que essa é uma poderosa forma de tirar jovens do caminho tão visado por eles, que é o do tráfico de drogas na região. "A gente quer afastar a galera o máximo que puder do mundo do crime. Fora a diversão que eu tenho com eles. Criança é uma peça, né?", comenta o líder do Espindola Team.

Comunidade contribui com o projeto

As aulas aconteciam no Ciep de Nova Brasília. No entanto, é lá que está a sede da UPP, alvo constante de ataques. Por isso, o projeto foi levado para o Condomínio das Palmeiras, na Estrada do Itararé 1071. A violência também diminuiu o número de alunos. Dos cerca de 50 jovens que frequentavam a academia, apenas a metade continua indo às aulas. Menores de 15 anos não pagam. Os mais velhos dão uma contribuição financeira quando podem.

"O projeto é minha família. Estamos sempre juntos, a aula é o máximo, o professor ainda mais por estar ajudando todo mundo. Meus responsáveis falaram que mudou minha vida completamente. Fiquei com mais disciplina, passei a gostar mais de estudar e respeitar mais as pessoas", diz o aluno Gabriel Mendes, de 17 anos.

Jaqueline Santos

Atletas do projeto Espindola Team, no Morro do Alemão

Os atletas do projeto Espindola Team fazem rifas e pedem ajuda aos comerciantes locais, para as participações em competições regionais e estaduais, como por exemplo a Copa Brasil que ocorreu em 4, 5, 6 e 7 de setembro em Piratininga, São Paulo. O professor também participará do Mundial em Buenos Aires no mês de Outubro.

SAÚDE

CESÁREAS: número deve ser reduzido

Parto humanizado é alternativa para gestantes

Natalia e Marlon, moradores do Jorge Turco avaliam que a casa de parto, além do apoio à mulher, possibilita outra visão de mundo

Por Camila de Araújo, Eric Fenelon, Rodrigo Oliveira e Rodrigo da Silva

Adriana Medeiros

Adriana Medeiros registra os partos

O Brasil é o país que mais realiza cesáreas no mundo. Só no Rio de Janeiro 90% dos partos são feitos por cirurgia, enquanto o limite máximo recomendado pela Organização Mundial de Saúde é de 15%. Apesar disso, muitos hospitais e serviços médicos ignoram exigências dos órgãos de saúde. Isso acontece porque muitas vezes querem todo o controle da situação do parto, para desocupar leitos mais rapidamente. Também ocorre por comodidade de médicos e pressão sobre as mulheres, já que, no mundo atual, não é mais possível "perder" muito tempo. Porém, estudos científicos mostram que as intervenções tecnológicas durante o parto podem prejudicar partos de baixo risco, ao invés de ajudar.

O parto humanizado significa o respeito à mulher e ao processo natural do parto, dando a ela liberdade de escolha, além de prestar um atendimento focado em suas necessidades. A Organização Mundial de Saúde reconhece que as parteiras e enfermeiras obstétricas são mais seguras que os médicos nos nascimentos de baixo risco e que o parto domiciliar ou nas Casas de Parto são tão seguros quanto nos hospitais e maternidades. E, ainda, há a vantagem de não sofrer intervenções desnecessárias, como a episiotomia (corte da pele que separa o ânus da vagina).

"Na minha concepção, o parto humanizado é aquele em que a mulher é respeitada nos seus desejos e na sua convicção do que seja um parto respeitoso. Não importando a via, eu acredito que o parto humanizado é quando você cuida e interage com essa mulher de forma respeitosa, digna, levando em consideração o que ela entende desse momento que é tão especial. A casa de parto só atende gestantes de baixo risco e caso seja detectado algum problema durante a gestação ou o trabalho de parto, a mulher é transferida para uma maternidade da rede pública", afirma Leila Azevedo, diretora da Casa de Parto David Capistrano Filho. Localizada em Realengo, Zona Oeste do Rio, a Casa de Parto pertence à rede municipal de saúde já realiza esse trabalho há mais de dez anos, com mais de 2.400 nascimentos.

Uma das vantagens do local é o fato de a companhia da família deixar a gestante mais tranquila, o que torna o parto mais seguro. A equipe dos hospitais muitas vezes não consegue oferecer o apoio emocional que a mulher precisa por ser um momento tão importante, em que está mais sensível e frágil. A historiadora Natalia Urbina, de 30 anos, deu à luz a sua filha, Janaína Iara, na Casa de Parto, e relata o fato mais marcante de sua experiência. "O momento de coroação, quando passa pelo canal vaginal, é maravilhoso. Não tem nada mais gostoso do que você sentir seu filho ou sua filha sair. Você sente a cabeça e o corpo do seu filho saindo. Depois vem a placenta, que é uma sensação muito aliviante. Toda a dor passa", revela Natalia.

O pai, Marlon Gangazumba, participou de todos os momentos. "Fiquei tranquilo desde o início, fomos orientados durante o pré-natal e tudo ocorreu bem. Senti um alívio... foi inexplicável ver minha filha nascendo", conta.

Exercícios ajudam a minimizar a dor

Na concepção do parto humanizado, a dor é entendida como uma função fisiológica normal que pode ser aliviada sem uso de medicamentos. Ao longo do pré-natal, a mulher participa de oficinas e exercícios que a orienta e prepara sobre como agir durante as contrações. "Eu lembro um pouco das dores da contração, principalmente no início, quando o trabalho de parto estava começando, mas nunca chegou a ser uma coisa assustadora. Não chegou a passar pela minha cabeça em momento nenhum que eu poderia passar por uma anestesia", afirma Raquel Gurgel, que também teve sua filha, Clarice Gurgel, na Casa de Parto. Ela disse ainda que sentiu mais sono do que dor. "Na hora em que o bebê nasceu foi a hora que menos doeu, porque o que dói mais, eu acho, é a contração. Mas é uma dor que dura tão pouco tempo também, que dói muito na hora, uns segundos. Passam os segundos e depois a dor passa totalmente. Eu cheguei a dormir depois".

A presença do bebê no colo da mãe logo após o parto é fundamental para o vínculo afetivo e conhecimento entre os dois. O contato com a mãe nas primeiras horas de vida do bebê também prolonga a amamentação, evitando doenças como obesidade, hipertensão e diabetes.

Cesariana deve ser feita, mas em último caso

Isso não significa que o parto cesárea não possa ser humanizado. A cesariana existe para salvar vidas, mas não deve ser usada na grande maioria dos partos, como acontece hoje, e sim em último caso. O médico tem a obrigação de mostrar todas as opções que a mulher possui, com base no pré-natal e no desenvolvimento do bebê. Inclusive, deve acompanhar essas escolhas, intervindo o menos possível.

"Não precisei ganhar um ponto, o que é um outro mito do parto tradicional: a episiotomia, a aplicação de ponto na zona vaginal, que você não precisa. A episiotomia é igual à cesárea, é igual à oxitocina, que acelera o processo de dilatação. São práticas que você só deve usar em momentos emergenciais, especiais", afirma Natália Urbina. "No hospital tradicional, a episiotomia e a oxitocina [*hormônio que estimula as contrações*] se utilizam indiscriminadamente, não como um uso necessário à saúde da mulher".

A gestante tem o direito de escolher como parir e quais métodos aceita ou não que sejam feitos com seu corpo. Humanizar o parto significa acolher e respeitar os desejos da mulher e devolver-lhe o controle da situação na hora do nascimento de seu bebê.

Eric Fenelon

Natália, Janaína e Marlon

DICA

Para saber mais sobre esse assunto, indicamos o vídeo O Renascimento do Parto. Ele parte da realidade mundial, e principalmente brasileira, que apresenta um número alarmante de cesarianas e de partos com intervenções desnecessárias. Essa ação comum vai contra o que é recomendado pela ciência, que indica esses métodos apenas em caso de risco. O documentário apresenta entrevistas de pesquisadores da área e relatos de pais que fizeram a opção pelo parto natural. O vídeo está disponível na internet, no seguinte endereço: *orenascimentodoparto.com.br*

JUVENTUDE

ENTREVISTA: Diego Santos, Conselheiro Nacional de Juventude

Jovens lutam por mais políticas públicas

Busca por espaços de participação existe, mas maioria ainda não sabe como atuar politicamente

Por Igor Soares e Ívina Costa

O Brasil tem hoje cerca de 50 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos. Nas últimas décadas, eles vêm intensificando a busca por direitos e espaços de participação no processo de desenvolvimento do país. Como reflexo dessas lutas, foi sancionado, há um ano, o Estatuto da Juventude. Trata-se de uma carta de direitos estruturada em onze eixos, que representa um compromisso de Estado em pensar e promover políticas públicas especificas para os jovens. A agenda da juventude já está em pauta, mas a prática revela que é preciso batalhar ainda mais para fazer valer esses direitos.

Diego Santos

Segundo Diego Santos, 26 anos, é impossível falar sobre políticas públicas para a juventude no Brasil sem pensar em desafios. Morador do Morro do Borel, na Tijuca, e Conselheiro Nacional de Juventude, ele conta que a trajetória que levou o jovem à conquista de direitos no país é bem recente. "No final da década de 90, houve uma intensificação dos estudos e pesquisas sobre as demandas dos jovens. E isso continuou nos anos 2000, quando foi aprovada uma emenda constitucional que possibilitou ao jovem se tornar sujeito de direitos. Logo depois, em 2005, foram criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude".

O Estatuto da Juventude representa o compromisso de Estado em promover políticas públicas especificas para os jovens

A briga por espaços de participação existe. Mas, a realidade é que a maioria dos jovens do país ainda não sabe como atuar politicamente. "Mais de 80% nunca ouviram falar da Conferência para a Juventude, que seria um dos principais lugares para reivindicações", comenta Diego. Em 2015, será realizada a terceira conferência nacional. As duas anteriores aconteceram em 2008 e 2011, ambas em Brasília.

Outro espaço de participação dos jovens na política brasileira é o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Ligado à Secretaria Nacional de Juventude, é um órgão que pode propor e monitorar as políticas públicas. Ele é formado por um terço de representantes do governo, com integrantes de todos os ministérios; e dois terços da sociedade civil, representada pelos partidos, movimentos de juventude, ONGs, institutos de pesquisa e universidades.

Cotas garantem maior acesso às universidades

O processo de lutas por direitos traz conquistas que podem, no futuro, contribuir para mudanças mais efetivas na sociedade. É o caso, por exemplo, do crescente ingresso dos jovens negros e índios nas universidades, que se deve, em parte, às políticas de ação afirmativas, ou seja, às cotas raciais. "Os espaços de conhecimento eram restritos. Mas, nos últimos 12 anos, vem acontecendo uma revolução. Creio que daqui a 20 anos a gente já tenha um quadro novo, porque as pessoas formadas nesse processo estão chegando aos espaços de poder. O que faz a revolução acontecer, na minha opinião, é a acessibilidade. Mas a gente ainda tem uma grande dificuldade, que é conviver nesses espaços com o racismo latente e o incômodo das elites", conclui Diego Santos.

Leonardo Bettinelli

Vestibular indígena na UFPR

Onze eixos do Estatuto da Juventude

O Estatuto da Juventude determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro. São eles:

1) Direito à Diversidade e à Igualdade;
2) Direito ao Desporto e ao Lazer;
3) Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
4) Direito à Cultura;
5) Direito ao Território e à Mobilidade;
6) Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;
7) Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
8) Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;
9) Direito à Saúde;
10) Direito à Educação;
11) Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente.

Negros são os mais desrespeitados

Falta de segurança e as altas taxas de assassinatos são questões urgentes a serem resolvidas

A demora na criação de políticas públicas específicas para os jovens talvez explique o atual cenário repleto de demandas. Grande parte da juventude ainda carece de direitos básicos, como saúde, educação, cultura e trabalho. E ainda há questões mais urgentes, como a falta de segurança e as altas taxas de assassinatos, envolvendo, sobretudo, jovens negros, do sexo masculino e moradores de periferia. "A grande dificuldade é que o Estado não reconhece que extermina a juventude negra e pobre do país. Em nível federal, a Secretaria Geral da Presidência da República vem gerindo um plano de enfrentamento ao extermínio da juventude negra. Mas há uma dificuldade de adesão nos estados e de entendimento, na nossa sociedade, de que o jovem negro está morrendo. As pessoas preferem negar isso", comenta Diego.

Alguns instrumentos que impedem a alteração desse quadro são os autos de resistência, muitas vezes usados pelos policiais para justificar assassinatos cometidos por eles, alegando que foram em legítima defesa. A solução para o problema estaria na apuração. "Se temos um processo de investigação eficaz que aponta o Estado como principal ameaça à vida, ganhamos uma ferramenta essencial na luta pela garantia desse direito", explica. Por isso, ele torce pela aprovação do Projeto de Lei 4.471/2012, que pode impor novas regras às investigações das mortes e lesões corporais cometidas pela polícia.

MEMÓRIA

ANOS DE CHUMBO: que nunca se esqueça para que não mais aconteça

OCUPA DOPS é uma iniciativa popular para lembrar os tempos sombrios da ditadura

Um dos símbolos da Ditadura Militar, o prédio do Departamento de Ordem Pública e Social do Rio de Janeiro, o DOPS/RJ, localizado no centro da cidade, pode se transformar em um Espaço de Memória. Para fortalecer essa luta que já é antiga, foi criada a campanha Ocupa Dops, composta por diferentes organizações de luta pelos direitos humanos.

Por Daniel Climaco, Luisa Santiago e Kelly Tibúrcio

O objetivo do grupo é conseguir ocupar o prédio, que foi local de prisões e tortura de militantes políticos e hoje está praticamente abandonado, para transformá-lo num espaço voltado para a memória da Ditadura Civil-Militar.

Facebook

***OCUPA DOPS** quer preservação da memória histórica*

A campanha foi lançada oficialmente em 13 de dezembro de 2013, data do aniversário do AI5, e enfrenta muita resistência. A principal é por parte da Polícia Civil, que afirma ter um projeto de construir ali o Museu da Polícia Civil. Mas o grupo não pretende desistir. Segundo a pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-RJ, Fernanda Pradal, algumas estratégias foram pensadas para dar visibilidade ao movimento. "Como não podemos ocupar o prédio, fazemos atividades culturais no entorno. Com isso, construímos um clima favorável para articular ações que têm significado político e sempre relacionando com o histórico do prédio que é complexo e longo", conta.

Objetivo é preservar os arquivos daquele tempo

Uma questão muito importante, segundo Fernanda, são os arquivos. "A gente propões que os arquivos do DOPS, por exemplo, sejam armazenados e postos à disposição no Espaço de Memória. Hoje parte dele está jogada as traças dentro do próprio prédio", ressalta.

Em linhas gerais, o projeto prevê um espaço de produção de memória com exposições permanentes e temporárias, relativas a diferentes tempos da nossa história; acervos e arquivos; teatro e cinema; articulação com o ensino formal e informal; centro de referência para pesquisadores em direitos humanos; sala livre de reuniões para movimentos sociais; biblioteca com sala de estudos; além de restaurante e café.

Para saber mais sobre a campanha e a programação de lutas, acompanhe o perfil Ocupa DOPS no *facebook*.

INTERNACIONAL

RECICLAGEM: exemplo vem de longe

Brasileiro relata visita à "Cidade do Lixo" no Egito

No Cairo, comunidade de catadores dá aula de reciclagem

Por Jorge Tonnera Jr.

As pessoas no Rio de Janeiro e na maioria do mundo veem o lixo de forma negativa. Querem tirar da sua frente, usam a expressão "jogar fora", não querem ter aterros sanitários no seu bairro e desrespeitam o horário de coleta. No entanto, há outra realidade no Egito. Na capital, Cairo, um grupo de pessoas coleta os resíduos das residências de um terço da cidade e levam para dentro de sua comunidade, Mokattam, ou simplesmente chamada de "Cidade do Lixo", e posteriormente para dentro de suas casas. São os chamados "zabbaleens", que em árabe significa "pessoas do lixo".

Passei quase um mês no Egito e fui conhecer a Cidade do Lixo. Realmente a presença do lixo nessa comunidade estava em toda parte, mas não eram as sacolas de lixo expostas esperando o caminhão. Eram basicamente materiais recicláveis espalhados. Papéis e plásticos, principalmente. Basicamente as casas são como edifícios. No solo ficam máquinas para reciclagem dos materiais coletados, e no andar de cima fica a residência com seus bens. No terceiro piso ficam os sacos com vários materiais para ser reaproveitados. Cada família na "Cidade do Lixo" é uma pequena microempresa de coleta e reciclagem.

Na comunidade existe uma escola onde crianças frequentam e aprendem técnicas ligadas ao assunto, além de informática. Os Zabballens conseguem aproveitar os materiais coletados não só para venda, mas também reutilizam e criam artesanatos.

Normalmente, são os homens zabbaleen e seus filhos meninos que coletam o lixo porta-a-porta das residências com carroças puxadas por burros e picapes. Como os moradores do Cairo não separam seus resíduos, tudo é levado para a "Cidade do Lixo" e lá tem início o processo de triagem, feito por mulheres.

Auto-organização recicla mais

O Cairo tem mais habitantes que a cidade do Rio de Janeiro. Mas, proporcionalmente, o Rio gera mais resíduos. De tudo o que os Zabballeens coletam eles conseguem reciclar 80%. Esse é um diferencial, já que as empresas de reciclagem do mundo todo conseguem apenas reciclar 25% do que coletam. Além da eficiência de trabalho, a outra faceta desse cenário é a falta de condições. O trabalho dos egípcios se dá com poucas condições, sem uso de nenhum EPI (Equipamento de Proteção Individual) e exposição a problemas de saúde. A transmissão de doenças como o tétano na "Cidade do Lixo", por exemplo, se dá de maneira fácil.

O Rio e o reaproveitamento do lixo

Vale lembrar que, no Rio de Janeiro, a COMLURB tem ampliado a coleta seletiva. O destino final do material coletado são as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, as quais vendem para indústrias de reciclagem. Até o momento, a

Jorge Tonnera Jr.

A Cidade do Lixo dos Zaballens

Coleta Seletiva no Rio alcança 68 bairros da cidade. Vem sendo realizado um esforço grande de divulgação através de uma equipe de garis que percorrem ruas e buscam criar um diálogo com os moradores porta a porta. A Coleta seletiva e a reciclagem são caminhos alternativos para que não precisemos extrair tanta energia e matéria-prima de diversas localidades.

CULTURA SUBURBANA

ZONA OESTE: **música e poesia nas ruas da região**

Cenas de atividades promovidas pelo Movimento Nefelista abertas à participação popular

Artistas de Campo Grande promovem saraus

Movimento Nefelista ocupa a Praça dos Estudantes com arte popular

Por Ana Maria Reis e Júlia Verdan

Em noite de sarau na Praça dos Estudantes, o dia começa bem cedo para os artistas do Movimento Nefelista. O coletivo reúne músicos, atores, dançarinos, poetas, artistas gráficos e produtores culturais da região oeste do Rio. O projeto de uma ocupação artística aberta à participação popular, em praça pública, marca a pequena, mas já significativa trajetória do grupo, iniciada em fevereiro.

"Somos os filhos das nuvens!"

O nome foi tirado do livro "Os bruzundangas", de Lima Barreto. Para o escritor carioca, os nefelibatas eram artistas de espírito livre e que por isso pareciam viver nas nuvens. "A gente sempre tenta tocar o céu quando fazemos arte", diz o músico Marcelo Morgado.

A atriz Linda Marina é uma das mais atuantes divulgadoras do projeto nas redes sociais e junto a uma série de outros coletivos e ocupações cariocas. "Provocar os artistas de todo canto da cidade a compartilharem a sua arte, o seu grito, o seu corpo, o seu sonho na Zona Oeste, é o que queremos", explica Linda Marina.

Encontro de sertões

O último Sarau Nefelista homenageou a riqueza cultural do Nordeste. A literatura de cordel, o universo do cangaço, as bandeirinhas de São João tomaram a praça que fica ao lado da linha do trem. "Há entre nós e o povo nordestino uma enorme identificação porque, de certa forma, também estamos à margem, longe da cidade cartão postal, afirma a produtora Thayná Araújo.

A cantora Rebeca Ribeiro lembrou que o nordestino é filho da saudade, um resistente. Conhecida como sertão carioca, a Zona Oeste aprendeu muito com a imigração nordestina, porque, frente ao abandono do poder público, encara os desafios de fazer arte e promover cultura sem o apoio da prefeitura.

"Ocupar é fundamental"

Para o professor de história e pesquisador da memória social da Zona Oeste, William Vieira, "ocupar as ruas e praças é fundamental em uma região que sofre com a carência de espaços públicos para a promoção dos artistas locais.

> **"Ocupar as ruas e praças é fundamental em uma região que sofre com a carência de espaços públicos para a promoção dos artistas locais"**

Para William, a criação e organização de coletivos artísticos são importantes para se perder o preconceito de que aqui não há nada e que temos necessariamente que sair de Campo Grande para encontrar expressões de arte e cultura.

A Invisivibilidade de Nós

Em junho, no mês da Copa do Mundo, os nefelibatas ocuparam a Praça dos Estudantes para fazer política através da arte. "Estamos ocupando um lugar, brigando por cultura, gritando, temos que trazer também a palavra, o debate. O grito artístico é lindo, todo mundo sabe, mas, também precisamos do grito de luta, precisamos fazer com que o nosso público se sinta estimulado a fazer parte da nossa luta", enfatiza Linda Marina.

No sarau A Invisibilidade de Nós, os nefelibatas também contaram com a participação de comunicadores populares que atuam na região e criticam a forma como a Zona Oeste é noticiada na televisão e nos jornais de ampla circulação.

Na cena carioca

Os artistas do Movimento Nefelista recentemente participaram do "Sarau do Escritório", na Lapa; o "Encontro Musical da Juventude", no Arpoador; e o "Ocupa Nise", no Engenho de Dentro. Participar de outras ocupações artísticas, para os nefelibatas, significa garantir que possa ser criado um novo olhar sobre a Zona Oeste.

Desde a sua criação, o Movimento Nefelista conquistou palcos mais tradicionais como o Teatro Gustavão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Auditório de Comunicação Social do Centro Universitário Moacyr Bastos, de Campo Grande. Segundo Thayná Araújo, "para falar com o público universitário fizemos algumas adaptações do sarau que é realizado em praça pública, mantendo o conteúdo ao mesmo tempo lúdico, irreverente e contestador".